

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL**

Andressa Gonçalves Ferreira

**UMA ANÁLISE SOBRE A FRENTE PARLAMENTAR DA**  
**AGROPECUÁRIA - FPA**

Brasília, 2017.

Andressa Gonçalves Ferreira

## **Uma análise sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política para a conclusão do  
curso de graduação em Ciência Política  
pela Universidade de Brasília.

Orientador: Rafael Silveira e Silva

**Brasília, 2017**

Andressa Gonçalves Ferreira

## **Uma análise sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência  
Política como pré-requisito para a conclusão do  
curso de Ciência Política e avaliada pela seguinte  
banca examinadora:

---

PROFESSOR RAFAEL SILVEIRA E SILVA  
(UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

---

PROFESSORA GRAZIELA DIAS TEIXEIRA  
(UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

**Brasília, 2017**

“É preciso, disse baixinho o príncipe,  
que cumpras a tua promessa”.

*(Antoine de Saint-Exupéry, O Pequeno  
Príncipe)*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus e todas as energias positivas que me guiaram pelo melhor caminho para que tudo desse certo e continuasse a seguir em frente nessa longa jornada de conclusões.

Quero agradecer também à minha principal base na vida, meus pais, Lucinha e Juscelino, que sempre apoiaram meus sonhos, independentemente de quais fossem. Quero agradecer aos dois pelo imenso carinho e paciência nos dias de estresse intenso em que raivas foram descontadas sem razão e, mesmo assim, eles nunca desistiram de mim, perdão e obrigada por me suportarem. Mãe, amo-te imensamente e quero te agradecer por sempre ter me incentivado e sempre espantar os pensamentos de desistência, obrigada por ser meu porto seguro. Pai, amo você e agradeço por sempre ter sido firme comigo e meu apoio nos momentos de indecisão. Enfim, quero agradecer vocês por tudo, sem vocês, com certeza essa caminhada não seria possível.

Agradeço ao meu professor e herói, Rafael Silveira, que me tirou de um momento de desespero ao aceitar ser meu orientador de última hora, obrigada por toda atenção.

Quero agradecer a todos meus amigos, principalmente Denner e Karol por todo o apoio emocional e diversão. Agradecimentos ao Iago, Henrique e Gustavo que sempre me apoiaram na elaboração e realização dessa monografia, sempre dispostos a me ajudar com coletas de informações, dados, livros e embasamento.

Agradeço a toda minha família por sempre desejarem o meu sucesso.

Agradeço aos meus colegas de trabalho na Frente Parlamentar da Agropecuária e no Instituto Pensar Agropecuária, que apesar de tudo, estão envolvidos diretamente na elaboração desta tese. Obrigada pela colaboração e apoio.

## **RESUMO**

O presente trabalho pretende analisar a questão do exercício lobista no âmbito das atividades legislativas que compete ao Congresso Nacional, ou seja, busca-se analisar de que forma o Brasil coopera com o lobby, bem como, também limita e se torna um obstáculo para o pleno funcionamento da democracia. Além disso, a fim de exemplificar o caso das representações partidárias em busca de interesses específicos, terá como o estudo de caso a análise da Frente Parlamentar da Agropecuária.

**Palavras-chave:** lobby, representação, organização, Frente Parlamentar da Agropecuária

## **RÉSUMÉ**

Cette étude vise à examiner la question de l'exercice du lobbying dans le cadre des activités législatives, il est pour le Congrès, qui est, il cherche à analyser la façon dont le Brésil coopère avec le lobby et aussi des limites et devient un obstacle à la entièrement démocratie qui fonctionne. De plus, afin d'illustrer le cas de la représentation des partis à la poursuite d'intérêts particuliers, sera l'analyse des études de cas du Front parlementaire agricole.

**Mots-clés:** hall d'entrée, représentation, organisation, Front parlementaire agricole

## SUMÁRIO

---

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO.....                                                         | 8  |
| METODOLOGIA .....                                                       | 11 |
| Capítulo 1 O estudo da representação no âmbito do legislativo .....     | 12 |
| 1.1 – O lobby.....                                                      | 12 |
| 1.2 – Representação legislativa das frentes parlamentares .....         | 13 |
| 1.3 – Institucionalização .....                                         | 15 |
| 1.4 – Atores e o processo legislativo.....                              | 15 |
| Capítulo 2 A Frente Parlamentar da Agropecuária .....                   | 17 |
| 2.1 - Literatura sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA ..... | 17 |
| 2.2 – As origens da Frente Parlamentar da Agropecuária.....             | 20 |
| 2.3 – A organização interna da Frente Parlamentar da Agropecuária.....  | 21 |
| 2.3.1 – Pautas de interesse da Frente Parlamentar da Agropecuária ..... | 22 |
| 2.4 – O Instituto Pensar Agropecuária.....                              | 25 |
| 2.5 – Os atores da Frente Parlamentar da Agropecuária.....              | 26 |
| 2.6 – Classificação da Frente Parlamentar da Agropecuária.....          | 27 |
| Capítulo 3 Análise das entrevistas e discussão dos resultados.....      | 29 |
| 3.1 – O Instituto Pensar Agropecuária.....                              | 29 |
| 3.1.1 – Diretor-Executivo, João Henrique Hummel.....                    | 29 |
| 3.1.2 – Diretor-Administrativo, Itazil Fonseca .....                    | 31 |
| 3.2 – A Frente Parlamentar da Agropecuária .....                        | 33 |
| 3.2.1 – Deputado Valdir Colatto .....                                   | 33 |
| 3.2.2 – Deputado Celso Maldaner.....                                    | 35 |
| 3.2.3 – Deputado Dilceu Sperafico.....                                  | 36 |
| 3.2.4 – Deputada Tereza Cristina .....                                  | 37 |
| CONCLUSÃO.....                                                          | 39 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....                                         | 41 |
| ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADO .....                 | 44 |
| ANEXO II – LISTA DE MEMBROS DA FPA.....                                 | 46 |
| ANEXO III – ENTIDADES MANTENEDORAS DO IPA .....                         | 60 |

## INTRODUÇÃO

A democracia é originária da política grega e o seu conceito começou a ser utilizado por volta do século V a.C., em Atenas, sendo esta formada por meio dos termos *demos* (“povo”) e *krátos* (“poder”, “governo”), que segundo Aristóteles (2002), define-se como o poder de todos. Atualmente, a democracia pode ser considerada uma forma de organização política em que o poder consiste na tomada de decisões por um grupo de pessoas, ou seja, correspondente a uma vontade geral.

No sistema político vigente no Brasil, a democracia é utilizada como uma organização do Estado, em que os mecanismos de representação são evidenciados pelo Congresso Nacional com a participação dos representantes do povo, sendo eles os deputados e para representar os Estados há os senadores, cada um desses grupos corresponde a Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, respectivamente.

Vale ressaltar que a decisão tomada diretamente pelos cidadãos é denominada como democracia direta, porém, atentando-se ao caso brasileiro, pode-se afirmar que vigora o sistema de representação ou democracia indireta, em que a população escolhe seus representantes. Além disso, é evidente a existência da democracia participativa, que consiste em um modelo que permite os cidadãos se organizar para exercer influência sobre as decisões públicas.

O cenário político brasileiro é constituído por mudanças progressivas que se tornaram evidentes e abundantes principalmente após a redemocratização em 1988, em que o espaço para a sociedade civil e os partidos políticos se tornaram mais amplos. Assim, com maior imposição de uma sociedade cada vez mais organizada em busca de interesses, notou-se a necessidade sistematização dos grupos de pressão.

Tendo em vista a questão da democracia participativa, atualmente se convive com os paradigmas enfrentados pelas representações da sociedade civil, uma vez que estas são confundidas com agentes deturpadores da democracia, pois buscam interesses privados em detrimento dos interesses do povo, o que não condiz com a teoria aristotélica da democracia. Porém, consta como um dos objetivos deste, a apresentação das relações de trabalho que ocorrem entre atores presentes no Congresso Nacional, visando assim apresentar as relações de representação que ocorrem no âmbito legislativo.

As representações de grupos específicos e organizados da sociedade civil são definidas como “grupos de pressão” ou lobistas, isto é, aqueles que praticam o lobby. Por definição, lobby se trata de toda e qualquer prática exercida por pessoas ou empresas para

influenciar os espaços decisórios do poder público, estes podem atuar tanto em âmbito legislativo quanto no executivo, contudo, há uma maior atuação no poder legislativo. Portanto, pode-se afirmar que os grupos de pressão buscam influenciar as decisões públicas (PENA, 2016).

A presente monografia tem como objetivo analisar a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA de como grupo de pressão no Congresso Nacional. Ou seja, trata-se de abordar a questão da representação de um grupo específico e classificá-lo de acordo com os parâmetros estudados e discriminados no estudo realizado por Suely Araújo e Rafael Silveira (2016) no artigo: "Canais alternativos de representação política: o fenômeno brasileiro das frentes e bancadas frentes parlamentares". Assim, encontra-se como propósito avaliar em que medida ocorre a representação dessas duas grandes frentes, isto é, como pode ser classificada a representação e a pressão que esta faz? Além disso, como ocorre seu grau de institucionalização e organização política? Por fim, como deve se identificar a atividade de representação dessa frente?

Buscar-se-á analisar os paradigmas da representação por intermédio dos próprios parlamentares que aspiram seus interesses, como também, pretendem pôr em pauta suas preferências perante o Poder Executivo. Além disso, cabe a esse trabalho esclarecer em que medida o lobby ocorre no Brasil, em uma tentativa de desmitificar sua associação com práticas corruptas.

A importância do estudo de grupos da sociedade civil organizada cabe ao primordial fato de ser, na maioria das vezes, essas associações responsáveis por grandes tomadas de decisões que alteram de forma significativa o cenário político, como também a vida de muitos cidadãos. Portanto, vale ressaltar a importância dos grupos de pressão como percussores da sociedade civil organizada, que agem por interesse podendo este ser específico de uma classe ou mais abrangente, que envolvam um maior interesse social.

Além disso, percebe-se que o fenômeno do surgimento e criação das frentes parlamentares, enquanto instituições suprapartidárias de atuação no Congresso Nacional ainda é algo novo que necessita de um estudo aprofundado, bem como, carece de pesquisa para compreensão da atividade e como ela se relaciona com o lobby, em específico no caso brasileiro, onde a prática de pressão ainda não fora regulamentada.

Diante disso, torna-se evidente para a academia a compreensão de como o fenômeno da representação se tornou organizado e, por vezes, institucionalizado a fim de alcançar certa demanda específica ou um interesse coletivo. Portanto, caberá a esse estudo também

a visão dos parlamentares da própria bancada e como estes a classificam, bem como, a entendem enquanto frente parlamentar no âmbito do processo legislativo.

A pesquisa se concentrará na descrição e classificação da Frente Parlamentar da Agropecuária e como essa se relaciona com a atividade lobista no Congresso Nacional. Trata-se como especificidade desse trabalho o funcionamento do trabalho da FPA, nas alianças estabelecidas e de como a organização institucional proporciona os feitos para o agronegócio. Ademais, faz-se necessário esclarecer em que medida a transparência do lobby é exercida como atividade legislativa justamente para desobstruir essa falsa associação com as praxes corruptas, uma vez que, segundo Graziano (1997), se trata de uma representação especializada e técnica que, muitas vezes, não pode ser compreendida ou executada pelos políticos eleitos.

## **METODOLOGIA**

A análise consistirá em uma pesquisa de caráter fundamentalmente qualitativo, uma vez que Segundo Zanatta (2012), a intenção da pesquisa se baseia na preocupação ética em analisar a realidade como ela é, assim como o mesmo é válido para os resultados. Ou seja, a pesquisa se baseará na preocupação e comprometimento com a verdade para o alcance dos resultados. Além disso, segundo Gil (2002), é necessário o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que foram propostos.

Assim, a técnica utilizada para a elaboração e desenvolvimento da dissertação de monografia será composto pelo método de entrevistas semiestruturadas, em que foram escolhidas pessoas de grande influência da Frente Parlamentar da Agropecuária. A interlocução atingiu os mais antigos deputados que compõem a frente, como também, os que possuem ou já possuíram certa ligação com a diretoria. Ou seja, vale ressaltar a importância de entrevistar os Deputados que impulsionaram a criação da bancada ruralista juntamente com a nova constituinte de 1988, onde ocorreu a redemocratização do país. O Deputado Dilceu Sperafico foi primordial para a compreensão de como se criou a bancada ruralista no Congresso Nacional, ou seja, o deputado participou de forma ativa e direta para fundação da bancada. Do mesmo modo, vale a entrevista com os deputados que já foram presidentes da frente que viveram o período de institucionalização da frente, quer dizer, os Dep. Valdir Colatto, Dep. Celso Maldaner, Dep. Dilceu Sperafico e a Deputada Tereza Cristina foram essenciais para a institucionalização e operacionalização da frente enquanto um grupo de fato organizado tomador de decisões perante o poder legislativo.

Além do mais, a entrevista também atingiu os organizadores e coordenadores que auxiliaram a institucionalização da Frente Parlamentar da Agropecuária, que se solidificou em um instituto designado a intermediar a os interesses das entidades do agronegócio com os parlamentares envolvidos na causa da agropecuária.

Portanto, cabe a esse estudo analisar provas documentais como atas e registros nos sites vinculados (tanto o da Câmara quanto o da própria FPA) e as entrevistas que foram gravadas e feita sua transcrição. Desse modo, fica permitido ao estudo verificar de fato os critérios de institucionalização o que garante a ação focalizada da Frente Parlamentar da Agropecuária.

## Capítulo 1 O estudo da representação no âmbito do legislativo

### 1.1 – O lobby

O lobby é, sobretudo, a forma que grupos de pressão usam para tentar conciliar, debater e convencer os parlamentares ou executivos do governo a tomar determinada decisão para atender aos interesses de determinado setor, quer dizer, interesses privados. Em contrapartida a busca de interesses privados, há também grupos que atuam em prol de interesses gerais, ou seja, pode-se afirmar que o *lobby* praticado em benefício geral se denomina *advocacy*.

No Congresso Nacional as bancadas temáticas existentes são organizações suprapartidárias que representam o interesse específico de determinados grupos da sociedade (SIMIONATTO e COSTA, 2012). Dentro dessa sistematização, cabe averiguar como os interesses são representados pelas frentes parlamentares, como também, ressaltar quem são os interesses representados e, por fim, qual a justificativa para a representação desses interesses.

Ainda segundo Graziano (1997), embora o lobby tenha um viés privado e com interesses específicos, é de competência de o lobista compreender e abarcar as informações, além de conhecimentos específicos e técnicos que se torna o diferencial na tomada de decisão em relação à atividade legislativa. Portanto, tanto os administradores quanto os próprios tomadores de decisões e demais políticos visam à necessidade e valorizam a atuação dos especialistas.

Diante do exposto, pode-se afirmar ainda que se trata da institucionalização da atividade de representação que difere o lobby da corrupção. Corrupção, por definição de acordo com Kimberly Elliot (2002), trata do uso de recursos públicos para fins privados, diferentemente do lobby, que traz para o âmbito do Congresso Nacional a discussão e o debate, bem como, o uso de conhecimentos específicos em defesa de uma causa intrínseca ou de um grupo com propósitos e exigências particulares.

O lobby se trata da utilização das representações políticas em favor de entidades identificáveis, como clientes que almejam a aprovação de seus interesses no Poder Legislativo que utilizam dos recursos dos lobistas para alcançar seus objetivos em conjunto com os parlamentares. Ademais, o exercício da negociação e articulação com os parlamentares não é plenamente confiável na garantia de obter êxito, visto que não se trata de uma tarefa simples convencer e argumentar com um parlamentar a favor de um

interesse específico, o que corrobora como sendo mais um fator que distingue o lobby da corrupção.

Além disso, o lobby ainda permeia a transparência como sendo aliada ao processo de formulação e fomentação de políticas públicas e as respectivas relações entre grupos de interesse (SANTOS, 2007). Assim, nota-se como sendo a transparência um mecanismo de maior valor dentro das democracias atuais, sendo considerado como um dispositivo eficiente, principalmente quando associada à liberdade de imprensa, visto que dessa forma, o espaço para a corrupção se torna minimizado (SANTOS, 2007).

Ainda nesse sentido, segundo Luiz Alberto Santos (2007):

No Brasil, a necessidade de estudo sobre a atuação dos grupos de interesse, políticos e burocratas no processo político torna-se maior em virtude da consolidação da democracia no recente período pós-autoritário, que foi acompanhada por uma atuação mais intensa da sociedade civil organizada. Esse crescimento é uma realidade comum aos países ocidentais, mas se manifesta com destaque, em particular, na América Latina, notadamente a partir da década de 1980, e foi acompanhado pelo aumento do tamanho e da complexidade do aparelho estatal, decorrente da assunção de novos papéis e funções, pela expressiva proliferação dos grupos de interesse, organizações não-governamentais, representações classistas e sindicais, e pela ampliação dos canais de acesso ao processo decisório governamental (SANTOS, 2007, p. 3).

Assim, trata-se de uma atividade recente no país que apresenta certos paradigmas, como na associação com sua efetividade de fato, uma vez que o lobby também pode ser questionado quanto a sua utilização, visto que permeia o uso e apropriação dos espaços públicos para pôr em evidência interesses privados.

Nesse sentido, segundo Graziano (1997), a ideia de interesse público se torna problemática, porém é tido “como um tipo particular de interesse, defendido por organizações particulares que lutam por objetivos mais amplos, mais gerais, do que ‘os grupos de interesse específico’” (GRAZIANO, 1997).

## **1.2 – Representação legislativa das frentes parlamentares**

A abordagem da representação por meio das frentes parlamentares envolve diretamente a discussão sobre democracia. Assim, a representação política se torna o instrumento organizacional que corrobora com os desejos políticos em associação com a participação social estruturada em uma sociedade de massas. Tratando-se, atualmente, da

vigência de uma democracia liberal-pluralista, Schumpeter faz uma análise expondo as suas limitações, bem como, estudando o comportamento do povo enquanto eleitorado.

Nesse sentido, Schumpeter desconstrói o ideal de um povo governante, em prol de uma tentativa das teorias políticas em associar a realidade ao ideal de povo soberano que ocuparia o vazio de poder deixado pelo absolutismo (SCHUMPETER, 1961). Ou seja, o autor se atenta à visão clássica da democracia, em que consiste a permissão ao povo, por meio da eleição, escolha o bem comum da sociedade. Contudo, sob a visão utilitarista, Schumpeter argumenta que não é possível a generalização de um bem comum, uma vez que essa percepção é variável conforme os anseios de cada cidadão, como também, não é possível haver uma vontade geral, porém, o pensamento utilitarista permanece na política como meio de dimensão ideológica para a execução da democracia.

Por fim, o autor trata da inversão lógica em relação ao povo, em que estes escolhem seus representantes que praticarão as suas vontades, portanto, Schumpeter (1961) afirma que a democracia permite aos cidadãos escolherem seus representantes e sendo assim cabe a estes a decisão e poder de formar um governo que atenderá e corresponderá às suas decisões.

Levando em consideração a importância dos cidadãos como instrumentos votantes, vale ressaltar que, sob a perspectiva de poder, Michels (1982) nos afirma que se trata de uma democracia em que vigora uma “minoridade dirigente e uma maioria dirigida” (MICHELS, 1982). Ou seja, nota-se que há uma distinção de poderes e que apesar de se tratar de uma democracia entre as partes, é evidente o afastamento das massas dos processos decisórios em que este se relaciona com a ideia de que há na sociedade interesses sobressaltados dos setores que são melhores organizados (VITULLO, 2009).

Assim, torna-se uma alternativa a esse paradigma, a utilização de uma democracia representativa que seja acessível às massas, em que seja complementado os elementos da democracia direta e da democracia participativa. Dessa forma, pode-se utilizar a representação política como sendo um instrumento viável e imprescindível para a democracia, conforme afirma Leonardo Avritzer (2007).

Nesse sentido, ainda é possível falar em crise de representação, que segundo Dahl (2000), há certa instabilidade e descrença das instituições políticas em relação às normas democráticas e tal associação é feita a partir do momento que instituições são vistas com desconfiança pela sociedade, visto que empregam afastamento do processo político da democracia. Contudo, nota-se também que são instituições políticas organizadas capazes

de gerir interesses específicos para seu estudo e relevante trabalho para os tomadores de decisão.

### **1.3 – Institucionalização**

A institucionalização se trata do conjunto de regras que são capazes de definir os aspectos relevantes do processo decisório. Entende-se como institucionalização o ato de sistematizar as práticas de um sistema, a fim de construir uma estrutura consistente, que não deveria ser influenciada por demandas externas, assim, tais regras surgem como forma de instrução dos agentes em situações específicas, para que se adeque o comportamento às organizações. Dessa forma, as instituições dispõem de incentivos e moderações capazes de fomentar as ações dos atores envolvidos no processo decisório e, por sua vez, garantem assim, a estruturação do sistema político (RHODES; BINDER; ROCKMAN, 2008).

O institucionalismo, enquanto modelo de análise, refere-se as características institucionais e de como estas se associam à atuação política para a construção social das instituições políticas. Assim, compreende-se como a influência das instituições afetam o comportamento dos indivíduos (HALL, TAYLOR, 2003). Porém, vale salientar que o termo aplicado será de forma mais geral, uma vez que se trata de um esforço para a acumulação de regras formais e informais que orientam a atividade de determinadas atividades das organizações no sistema político.

Portanto, em relação às frentes parlamentares, a institucionalização será baseada na formação acadêmica e profissional e a capacidade de negociação no processo decisório. Assim, a expertise estará vinculada à atuação desses representantes das organizações parlamentares enquanto agenda holder (SILVA, ARAÚJO, 2013).

### **1.4 – Atores e o processo legislativo**

Em relação ao Congresso Nacional, nota-se que os principais atores se destacam como líderes partidários, visto que estes denotam poder e influência suficiente para a tomada de decisão para a implementação de políticas públicas. Assim, os líderes partidários são primordiais para a “organização e coordenação das agendas no Poder Legislativo” (ARAÚJO; TESTA; SILVA, 2015). Além disso, pode-se afirmar que os líderes são

responsáveis pela articulação do legislativo com executivo e demais parlamentares da base e desse modo, a coalizão entre os partidos e demais autoridades do poder executivo se mantém, bem como, a capacidade de governança (ABRANCHES, 2014).

Portanto, pode-se afirmar que as frentes parlamentares podem ser encaradas como uma alternativa à organização partidária e as lideranças políticas, uma vez que cabe à estas frentes são responsáveis por reunir e compartilhar informações relevantes para a superação do princípio da incerteza no resultado das políticas que são analisadas no Congresso. Desse modo, nota-se que a institucionalização se tornou parte do processo de escolha dos atores e coordenadores envolvidos na organização de determinada frente parlamentar.

## **Capítulo 2 A Frente Parlamentar da Agropecuária**

### **2.1 - Literatura sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA**

Devido uma herança histórica e econômica baseada no desenvolvimento rural, o Brasil sempre teve influência dos grandes agricultores em suas decisões políticas. Assim, desde a redemocratização, em que fora instaurada em 1988 o direito ao voto e a liberdade política, diversos grupos e entidades organizadas afeiçoadas ao agronegócio já participavam do processo decisório no Congresso Nacional como um grupo temático e específico. Portanto, tais grupos atuavam como bancadas temáticas, por conta da associação informal, como também, pela agregação em relação às frentes parlamentares (ARAÚJO, SILVA, 2016).

Assim, as frentes parlamentares tiveram sua regulamentação a partir do Ato da Mesa nº 69 de 2005, que se tratou de normatizar e regulamentar a criação das frentes parlamentares junto à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. A proposição visa a fomentação das frentes parlamentares, visto que são tais organizações capazes de desempenhar “papel singular no processo de consolidação da democracia no país” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005). Vale ressaltar que a matéria foi assinada em 10 de novembro de 2005 pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP).

A proposta determinou e definiu frentes parlamentares como sendo instituições suprapartidárias que atuam em defesa de interesses específicos de grupos organizados, com o objetivo de desenvolvimento de políticas públicas para os setores envolvidos. Além disso, fora determinado que essas organizações fossem compostas por no mínimo 198 parlamentares, que podem ser incluídas também com a participação dos senadores, além dos deputados. Como forma de caracterização de uma organização, o Ato também definiu que fosse eleito um presidente para sua representação perante a Mesa Diretora e que vigore seu estatuto como instrumento organizacional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

Com a aprovação do Ato ficou determinado que as frentes parlamentares possuíssem o direito de usar o espaço da Câmara para a elaboração de suas atividades e reuniões, bem como, conquistou também o direito ao apoio comunicativo, ou seja, foi instituído que as frentes parlamentares usufruíssem dos meios de comunicação institucional como ferramenta de promoção de suas atividades particulares.

A organização das frentes parlamentares é regulamentada somente pelo Ato da Mesa nº 69, sem haver nenhum dispositivo regimental que oriente seu funcionamento, conforme já afirmado por Araújo e Silva (2016). Dessa forma, a discricionariedade permite a auto-gestão desses grupos organizados e assim, ocorrem a institucionalização de novas frentes sem haver, de fato, uma estrutura ou norma que faça seu regimento (ARAÚJO, SILVA, 2016).

A importância da criação das frentes parlamentares se deve ao fato de serem estas responsáveis pela mediação entre os grupos de interesse e o espaço de poder decisório, e assim, seja desenvolvido no âmbito legislativo a especificação das atividades desenvolvidas (CORADINI, 2010). Segundo Coradini, há dentro da constituição das frentes parlamentares a sua associação com o pensamento político-ideológico, em que o fato da organização se enquadra diretamente a elucidação de “esquerda” – para se tratar das questões éticas e culturais, e “direita” – quando se refere especificamente à economia. Assim, a associação dos deputados e partidos em frentes parlamentares não significa sua fragilidade, mas sim um modo de complementaridade entre as organizações (CORADINI, 2010).

Sob a perspectiva de Araújo e Silva (2016), a representação nesses termos associativos se determina pela incapacidade técnica dos partidos políticos em estruturarem a imensa diversidade de temas abordados no âmbito legislativo. Portanto, torna-se conveniente a associação temática como meio de lidar com questões especializadas e são as frentes parlamentares responsáveis por essa ação. Desse modo, ainda sob as afirmações de Araújo e Silva (2016), há a afirmação de que o aumento da fragmentação partidária não justificaria o fato de os partidos suprissem assim as demandas sociais, além disso, não cabe afirmar que o crescimento das frentes parlamentares se deve à fragilidade partidária. Os autores corroboram que o nascimento de novas frentes parlamentares se relaciona ao impedimento logístico de representação dos inúmeros grupos de interesse pela via partidária e tal deficiência é desenvolvida a partir do momento em que a fragilidade partidária é exposta.

Conforme afirma Silva (2014), frentes parlamentares são canais utilizados entre os grupos sociais organizados e seus representantes no Congresso Nacional, ou seja, “[...] os partidos políticos estão cada vez mais interessados na sua relação com o governo federal e suas atividades eleitorais e menos interessados com seus vínculos com a sociedade” (SILVA, 2014).

Além disso, pode-se entender frentes parlamentares como sendo uma necessidade de coalização entre os partidos a fim da garantia de governabilidade a partir de interesses ideológicos em comum. Desse modo, conforme afirma Wolinetz, apesar de existirem governos de pluralismo polarizado, as grandes tomadas de decisão são concentradas pelos partidos, os quais garantem seus votos nas extremidades (WOLINETZ, 2006).

Vale ressaltar ainda, que diferentemente dos partidos, as frentes parlamentares são capazes de perceberem demandas sociais que o sistema partidário não reconhece e não são eficientes para sua mobilização diante o Congresso Nacional. Diante disso, segundo Silva (2014), nota-se que as frentes parlamentares são organizações com poder e responsabilidade suficiente de garantir a defesa de grupos de interesse no Congresso Nacional, diferentemente dos partidos, que mostram seu poder de coalizão nas mediações entre Poder Executivo e o Legislativo (SILVA, 2014).

Ainda sob à luz das afirmações de Silva (2014), o reconhecimento das frentes parlamentares enquanto organizações suprapartidárias é uma fonte para que parlamentares possam agir de forma independente e se comprometer à orientação da bancada, como refúgio da orientação do partido e ainda sim, preservam sua imagem, uma vez que utilizam o espaço decisório munidos de informação técnica e especializada como fonte de garantir assegurado os direitos de determinado grupo de interesse, ou seja, trata-se de “um foro de discussões de pautas mais especializadas” (SILVA, 2014).

Além disso, pode-se afirmar que o desenvolvimento das frentes parlamentares garante também a fomentação dos interesses da sociedade, visto que tal organização se torna um canal de comunicação direta dos grupos de interesse com o Congresso Nacional, portanto, trata-se de um mecanismo da representação das demandas sociais no processo legislativo.

Atualmente, pode-se afirmar que existem 667 (seiscentos e sessenta e sete) frentes parlamentares criadas até maio de 2017 e que, apenas 16% destas se renovam conforme a eleição de novas legislaturas, assim, nota-se que a maioria das frentes não se consolidam como canais de representação permanentes e eficientes. Contudo, não há como afirmar que o grau de representação e pressão está associado ao fato destas se renovarem, uma vez que nem todas as frentes parlamentares que se renovam possuem um alto grau de atuação dentro do Congresso Nacional.

## 2.2 – As origens da Frente Parlamentar da Agropecuária

O último Estatuto da Frente Parlamentar da Agropecuária fora regido pelo requerimento nº 952 de 2015, que trata do seu registro na 55ª Legislatura, além disso, aborda também a data de sua criação em 20 de fevereiro de 2002, sendo este promulgado antes do Ato da Mesa nº 69 de 2005, levando em consideração a manutenção do seu funcionamento nas últimas legislaturas.

“Durante a Assembleia Nacional Constituinte um grupo de parlamentares ligados à agropecuária deu os primeiros passos na defesa dos interesses do setor. A Frente Ampla Ruralista trabalhou mobilizando-se na busca de uma legislação que assegurasse, principalmente, os direitos de propriedade. O resultado deste trabalho assegurou no texto Constitucional a preservação dos direitos de propriedade rural em terras produtivas. De 1990 a 1994, a bancada ruralista continuou a existir informalmente. Em 1995 foi fundada, com ata assinada por deputados e senadores, a Frente Parlamentar da Agricultura. Em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para se adequar às regras de regulamentação criadas pela Câmara dos Deputados” (Disponível em: <http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa>, acesso em 21/02/2017).

No informativo on-line disponibilizado pelo site da Câmara dos Deputados, consta que a organização é composta por 230 deputados e 24 senadores (informação visualizada até o dia 28 de maio de 2017), além de ser publicamente exposta que seu objetivo primordial se define na estimulação “e ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Além disso, conforme a própria organização afirma em sua página on-line: “Para o registro de frentes parlamentares, passou-se a exigir a assinatura de pelo menos um terço do Poder Legislativo Federal. A entidade de cunho associativo deve ser integrada de forma suprapartidária e destinar-se a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade” Disponível em: <http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa>, acesso em 21/02/2017).

Segundo ainda o site da Câmara dos Deputados, as pretensões da FPA se baseiam em: o acompanhamento da política e desenvolvimento da agricultura nacional; a promoção de eventos (debates, seminários e simpósios) que tratem desta temática e seus efeitos; o estímulo ao intercâmbio com organizações internacionais de política agrícola; o apoio às instituições envolvidas com a agricultura nacional junto ao poder público, a

fim de facilitar o acesso aos recursos de entidades públicas; e a busca pelo “aperfeiçoamento da legislação referente à agricultura nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Vale ressaltar ainda que segundo o site da própria organização, os objetivos da Frente Parlamentar da Agropecuária são baseados na capacidade de “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária, tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas de quilombolas, para garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (Disponível em: <http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa>, acesso em 21/02/2017).

### **2.3 – A organização interna da Frente Parlamentar da Agropecuária**

A Frente Parlamentar possui um alto grau de organização e institucionalização para que os trabalhos no âmbito do processo legislativo ocorram de maneira estruturada e sistêmica. No ano de 2017 foi renovada a Mesa Diretora juntamente com a eleição do novo presidente para assumir o comando da FPA que até então era liderada pelo Deputado Marcos Montes (PSD/MG). A partir da eleição interna com os membros realizada no dia 13 de dezembro de 2016, elegeu-se o Deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) para presidência da FPA, a Deputada Tereza Cristina (PSB/MS) para a vice-presidência da Câmara e o Senador Ronaldo Caiado para a vice-presidência do Senado para a gestão 2017-2018, em que fora tomada posse no dia 14 de fevereiro de 2017.

Além da composição da presidência, a Frente Parlamentar da Agropecuária ainda conta com vice-presidentes representantes dos cinco estados brasileiros, da região Sul representada pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS); a região Sudeste pelo Deputado Evandro Gussi (PV/SP); a região Centro-oeste pelo Deputado Roberto Balestra (PP/GO); a região Norte pelo Deputado César Halum (PRB/TO); e a região Nordeste pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Nota-se que a importância dessa divisão cabe ao fato de cada região apresentar demandas específicas do seu estado que varia conforme as influências culturais, históricas e até mesmo climáticas.

Bem como há os vices-representantes de cada região, a Frente Parlamentar da Agropecuária ainda conta com a organização em coordenações divididas por assuntos e

pautas de interesses, para que assim, ocorra uma melhor estruturação das demandas e de como estas devem ser analisadas no Congresso Nacional. Sendo elas: a Coordenação de Política no Senado representada pelo Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA); a Coordenação de Política da Câmara representada pelo Deputado Reinhold Stephanes (PSD/PR); a Coordenação Institucional de responsabilidade do Deputado Giacobbo (PR/PR); a Coordenação de Meio Ambiente representada pelo Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC); a Coordenação de Política Agrícola de responsabilidade do Deputado Covatti Filho (PP/RS); a Coordenação de Defesa Sanitária representada pelo Deputado Evandro Roman (PSD/PR); a Coordenação de Infraestrutura e Logística representada pelo Deputado Adilton Sachetti (PSB/MT); a Coordenação de Direito de Propriedade representada pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP/RS); a Coordenação de Relações Internacionais de responsabilidade do Deputado Luiz Nishimori (PR/PR); a Coordenação de Agricultura Familiar representada pelo Deputado Zé Silva (SD/MG); a Coordenação de Minorias comandada pela Deputada Shéridan (PSDB/RR) e por último o Secretário da Mesa Diretora representado pelo Deputado Josué Bengtson (PTB/PA).

Com tal estruturação pode-se perceber a diversidade que compõem os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, como por exemplo, o caso de ser um dos vice-presidentes regionais ser do Partido Verde (PV), que tecnicamente, desenvolve pautas contrárias aos interesses do agronegócio, sendo a favor de políticas ambientais e preservação. Porém, nota-se que tal diversidade é justamente a que promove a união de interesses e que permite o diálogo entre ideias antagônicas, uma vez que um dos objetivos atuais da FPA é desmitificar a ideia de ser uma organização voltada somente para os interesses dos grandes setores produtivos do agronegócio.

Nesse mesmo sentido, nota-se também o envolvimento de mulheres que compõem a Mesa Diretora, que apesar de não ser a maioria, elas têm o seu trabalho reconhecido e de grande importância, pois a FPA propõem o engajamento de seus parlamentares em todos os assuntos pertinentes ao agronegócio, como o caso da Deputada Shéridan (PSDB/RR), que foi incumbida de administrar, negociar, além de defender as minorais dentro da FPA, como a questão indígena e quilombola.

### **2.3.1 – Pautas de interesse da Frente Parlamentar da Agropecuária**

A Frente Parlamentar da Agropecuária, conforme explicitado acima, possui coordenações por assunto para que a sistematização seja melhor organizada e levada seus

interesses à aprovação do Congresso Nacional. As proposições de interesse podem ser classificadas dentro das seguintes coordenações temáticas:

- **Coordenação de Meio Ambiente:** a pauta prioritária dessa comissão atualmente é destacada pelo Projeto de Lei nº 3.729/04 (que “dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências”. [Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257161>]), em poucas palavras, se trata do Licenciamento Ambiental em que representa um marco legal que visa melhorar a qualidade da gestão ambiental e o ambiente de negócios, a fim de melhorar a gestão.

O projeto hoje consta em regime de urgência para sua tramitação, porém há na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), a discussão do relatório do Deputado Mauro Pereira (PMDB/RS) em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o setor se posiciona de forma favorável ao projeto e ao relatório do Deputado Mauro Pereira na CFT.

- **Coordenação de Política Agrícola:** essa coordenação é pautada principalmente pelas proposições que versam sobre a questão de crédito rural e os benefícios em favor dos produtores rurais.

Além disso, uma das grandes conquistas para o setor foi a aprovação da Medida Provisória nº 733/2015 (que “autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001”) transformada na Lei Ordinária nº 13.340/2016.

- **Coordenação de Defesa Sanitária:** atualmente a principal pauta que dimensiona essa coordenação é o Projeto de Lei nº 6.299/2002 que tramita em Comissão Especial e está aguardando o parecer do Relator na comissão. O setor se posiciona de forma contrária ao projeto uma vez que ele já está defasado e não atende às necessidades do setor e, portanto, preza pela aprovação do PL 3.200/2015, para que os insumos agrícolas sejam melhor representados sem o viés preconceituoso.
- **Coordenação de Infraestrutura e Logística:** a pauta atualmente é regida pelos Projetos de Decreto Legislativos números 118, 119 e 120 de 2015

que tratam do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da possibilidade de investimento em hidrovias. Os projetos tramitam na CCJC e o setor se posiciona de forma favorável, uma vez que autorizado tal estudo e posteriormente a utilização dos rios como hidrovias, irá facilitar o escoamento das produções agrícolas de uma forma mais barata aos produtores.

- **Coordenação de Direito de Propriedade:** a pauta dessa coordenação é destacada pelas proposições que tratam da questão da reforma agrária, da defesa de terras adquiridas, a compra de terras e ademais.

Uma das proposições principais que tramitam na Câmara dos Deputados é o Projeto de Lei nº 2.289/2007, que versa sobre a aquisição de imóvel rural por pessoas estrangeiras, em que o setor se posiciona de forma favorável, uma vez que dessa forma o investimento estrangeiro para a agricultura será significativo o suficiente para a manutenção e garantia de emprego e renda.

- **Coordenação de Relações Internacionais:** como proposta de âmbito internacional, é estudado pela coordenação o Protocolo de Nagoya que versa sobre o acesso a recursos genéticos e a sua repartição justa dos benefícios advindos de sua utilização, que tramita na Câmara dos Deputados por meio da Mensagem de Acordos nº 245/2012 e atualmente, aguarda a constituição de Comissão Temporária pela Mesa.
- **Coordenação de Agricultura Familiar:** ao contrário do que é imposto à bancada ruralista, há na Frente Parlamentar da Agropecuária a preocupação do setor com os pequenos agricultores e os agricultores familiares.

Assim, nota-se que fora associado à Frente Parlamentar da Agropecuária aspectos de uma antiga política arcaica dominada pela bancada ruralista e que concentrava seus objetivos em, conforme afirma Simionatto (2012):

“[...] o acesso ao crédito, à concessão de benefícios, ao uso e ao aperfeiçoamento tecnológico, à aquisição de terras, às condições de mercado e aos processos de produção. Toda essa diversidade tornava cada vez mais pertinente às elites agrárias dos país a necessidade de criar um comando unitário com livre acesso ao aparelho do Estado, especialmente aos núcleos

e comissões, à época, e ainda hoje, os grandes responsáveis pela arquitetura das políticas públicas” (SIMIONATTO, p. 221, 2012).

De certa forma, tal organização e engajamento dos parlamentares permitiu à Frente Parlamentar da Agropecuária vantagens em relação às outras organizações e instituições, porém, vale ressaltar que atualmente há a preocupação também com os pequenos setores rurais e a agricultura familiar, que anterior à 88, não era pauta de interesse das grandes elites agrárias.

Para que o sucesso e nível de organização da Frente Parlamentar da Agropecuária tenha ascendido, deve-se levar em consideração o apoio do Instituto Pensar Agropecuária – IPA, que se trata de uma organização sem fins lucrativos responsável pelo acolhimento das demandas das entidades que representam o setor rural e, de forma técnica e prática por meio de estudos, repassa tais interesses aos parlamentares, seu funcionamento será explicitado em seguida.

## **2.4 – O Instituto Pensar Agropecuária**

O Instituto Pensar Agropecuária (IPA) foi criado por meio do acordo de cooperação técnica, como instrumento de apoio e suporte à Frente Parlamentar da Agropecuária, ou seja, trata-se de uma institucionalização com o objetivo de garantir o respaldo técnico e das ações específicas que tramitam no Congresso Nacional. Tendo por base tais objetivos e observado essa necessidade, em 2011, entidades interessadas no agronegócio perceberam a importância de um aparato técnico no âmbito legislativo e criaram o instituto. Atualmente, o IPA é composto por 41 entidades do setor produtivo agropecuário, em que estas são responsáveis por levantar agendas de debates e questões relacionadas ao setor, portanto, o IPA pode ser considerado um canal interlocutor entre as entidades produtoras rurais e os parlamentares que estão envolvidos na causa. Além disso, cabe também ao IPA em conjunto com as entidades mantenedoras, custear as ações e estudos fornecidos à FPA.

O Instituto Pensar Agropecuária pode ser considerado também uma consultoria específica para a Frente Parlamentar da Agropecuária, que diferentemente de outras frentes parlamentares conta com uma organização institucional física com sede e uma equipe de funcionários capacitados para desenvolver suas funções com a maior precisão possível. O IPA conta uma equipe de assessoria técnica, com funcionários especializados

em agronomia, legislação, direito e demais especificidades, além disso, há também a equipe em assessoria estratégica, responsável por processar as informações elaboradas e repassá-las aos parlamentares incumbidos de desenvolver as ações estudadas e elaboradas por tal equipe. O IPA também possui uma equipe exclusiva para a área de comunicação, responsável pela divulgação dos alcances e sucessos realizados pelos parlamentares, como também, se torna responsável por divulgar as informações do que é interesse do setor como meio de transparência e alcance social, para que dessa forma o entendimento do processo seja compreendido pela sociedade. Ademais, o IPA conta com um diretório executivo e administrativo, responsável por chefiar e orientar as ações das equipes.

Além disso, o IPA também conta com uma estrutura interna dividida em comissões responsáveis por analisar tecnicamente e juridicamente cada proposição de interesse do setor. Sendo elas:

- Comissão de Meio Ambiente: responsável pelos assuntos ambientais que remete à bancada.
- Comissão de Política Agrícola: responsável por monitorar as proposições que se referem, principalmente a questão econômica e monetária, no que tange principalmente os assuntos referentes ao crédito rural e impostos dos insumos agrícolas.
- Comissão de Infraestrutura e Logística: responsável pelo estudo das pautas que se referem à infraestrutura do fluxo da produção e, principalmente, da busca de novos instrumentos mais viáveis para que seja alcançado a máxima eficiência no escoamento da produção para os produtores rurais.
- Comissão Trabalhista: encarregada de estudar as pautas trabalhistas, principalmente no que é específico ao trabalhador rural e repassar aos parlamentares todo o aparato técnico e judiciário.
- Comissão de Direito de Propriedade: refere-se a toda questão de reforma agrária e a posse de terra enquanto direito adquirido.
- Comissão de Defesa: responsável principalmente pelo estudo do manejo dos defensivos agrícolas.

## **2.5 – Os atores da Frente Parlamentar da Agropecuária**

Conforme explicitado acima, há uma grande heterogeneidade entre os membros que compõem a FPA, tanto entre os partidos quanto de regiões, uma vez que não se pratica agricultura em apenas um lugar específico do país. Portanto, o suprapartidarismo e o pluralismo dessa frente corroboram para que o diálogo ocorra em diferentes áreas de interesses e assim, tais demandas sejam apreciadas pelo Congresso Nacional.

Contudo, vale ressaltar que, apesar de mais de 230 deputados comporem a bancada, há aqueles parlamentares que se destacam e se tornam influentes no processo legislativo (ARAÚJO, SILVA, 2013), além disso, Araújo e Silva evidenciam a existência de titulares de agenda, que são estes responsáveis pela dinamização do processo representativo, uma vez que são estes formadores de consenso e articulação entre líderes partidários e representantes de bancadas, para que seja traçados acordos que visam a deliberação dos interesses anteriormente demandados.

A influência desses atores pode ser observada por diferentes meios, “tais como sua experiência pregressa e possíveis especializações, a seniority no Congresso e sua capacidade de negociação” (ARAÚJO, SILVA, 2013). Assim, titulares da agenda conquistam certos privilégios como o poder político e a capacidade de persuasão dos demais parlamentares. Contudo, um ator engajado em um processo político, como por exemplo, se tornar presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o torna propenso ao acúmulo de capital político e visibilidade, o que se reflete na fomentação de uma possível reeleição, como também, permite ao parlamentar almejar maiores projeções para a carreira.

## **2.6 – Classificação da Frente Parlamentar da Agropecuária**

Araújo e Silva (2016) desenvolveram uma classificação para o recente estudo das frentes parlamentares e como estes podem se classificar conforme sua atuação e organização, estabelecendo assim três níveis organizativos, sendo eles: a natureza de atuação, a abrangência temática e a origem da organização. A atuação refere-se ao tipo de representação que uma frente parlamentar é capaz de exercer, podendo ser entre o lobby e o advocacy. O lobby é caracterizado pela atuação direta dos atores em prol de determinado interesse específico no processo legislativo, vinculado a determinado grupo de interesse. Enquanto que o advocacy é baseado no apelo à mobilização pública e a promoção de princípios. Ou seja, pode-se afirmar que o advocacy se relaciona com

interesses gerais, por outro lado, o lobby visa atender uma determinada demanda específico de um grupo de interesse (idem, ibidem).

Ainda segundo Araújo e Silva (2016), em relação à sua abrangência, define-se as frentes parlamentares em amplas ou focalizadas. Isto é, frentes que tratam de interesses gerais ou grandes causas sociais são ditas como amplas, já as frentes que defendem interesses específicos são consideradas focalizadas, uma vez que centralizam os interesses abordados. A origem da organização cabe se uma frente nasce de forma exógena, ou seja, quando esta é criada a partir de atores externos ao legislativo, podendo ser através de entidades da sociedade civil ou grupos organizados, enquanto que as frentes ditas endógenas são aquelas criadas por atores políticos e que nascem dentro do âmbito legislativo.

Segundo a conceituação proposta por Araújo e Silva (2016), pode se considerar a Frente Parlamentar da Agropecuária como sendo uma frente de lobby, ampla e endógena. A FPA se associa ao lobby por representar interesses específicos de uma determinada parcela da sociedade que se organizou em um grupo de pressão em busca da fomentação de políticas em prol de seus objetivos. Apesar de tratar do agronegócio, a frente em análise pode ser considerada ampla em seus interesses, por envolver também diversos setores da agricultura brasileira e, além disso, se envolver nos embates das questões ambientais. Por fim, a FPA se classifica como endógena por ter sido criado a partir de uma vontade dos parlamentares dentro do âmbito do Congresso Nacional, ou seja, a bancada ruralista nasceu como uma vontade das elites agrárias em desenvolver seus interesses no âmbito do poder legislativo.

## **Capítulo 3    Análise das entrevistas e discussão dos resultados**

### **3.1 – O Instituto Pensar Agropecuária**

Em relação ao IPA, foram entrevistados o Senhor João Henrique Hummel, Diretor-Executivo e o Senhor Itazil Fonseca, Diretor-administrativo, sendo estes os responsáveis pela tomada de decisão, como também, os principais stakeholders no processo de desenvolvimento do instituto e o seu canal de informação e acesso à Frente Parlamentar da Agropecuária.

#### **3.1.1 – Diretor-Executivo, João Henrique Hummel**

Em 8 de maio de 2017 foi realizada a entrevista com senhor João Henrique que é o Diretor-Executivo responsável pela organização do processo no poder legislativo e executivo, além disso, acompanhou todo o processo de desenvolvimento do Instituto, bem como, sua organização anterior a essa institucionalização.

Na ocorrida entrevista foi questionado primeiramente a relação do IPA com a FPA e como ocorreu o processo de criação. João Henrique afirmou haver um acordo de cooperação técnica entre essas duas estruturas, a fim de garantir o respaldo técnico e específico para a Frente Parlamentar da Agropecuária. Assim, o IPA foi criado em 2011, em que algumas instituições tinham o interesse de ajudar no processo de desenvolvimento e apoio organizado aos parlamentares, iniciado com a participação de quatro entidades.

Em seguida foi questionado a relação do IPA com as entidades, e foi respondido que é no instituto que se organiza as reuniões mensais onde se caracteriza os temas e proposições que serão levantadas nas reuniões para os parlamentares. Então, João Henrique reforçou a ideia de ser o IPA o canal de comunicação entre parlamentares e entidades com a garantia de apoio técnico dos projetos e apoio estratégica.

Em relação a pauta e agenda de prioridades no Congresso, o Diretor afirmou que em assembleias do instituto, as entidades se reúnem e levantam suas demandas para serem desenvolvidas em conjunto com os parlamentares e tais demandas serem divulgadas para a sociedade, como também, utilizando os poderes executivo, legislativo e judiciário como canal de promulgação e alinhamento das pautas de interesse, conforme pode ser explicitado no gráfico a seguir:

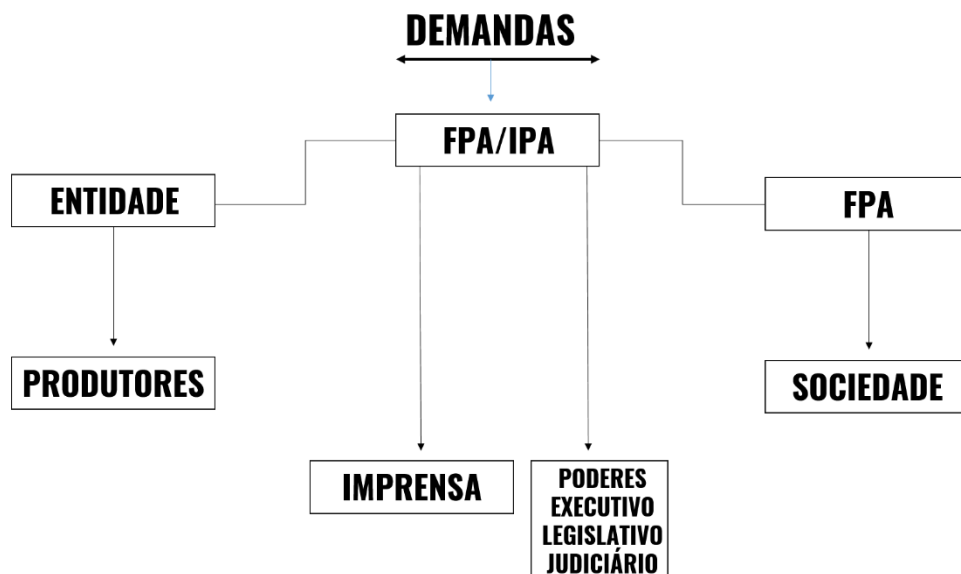


Imagem 1: organograma do fluxo de interesses e associação entre os poderes e entidades.

Assim, o entrevistado levantou como exemplo o caso do Código Florestal, que era um problema para os produtores, uma vez que estes se encontravam na ilegalidade e que foi esse mecanismo que garantiu a visibilidade que a FPA possui atualmente, pois um empecilho fez com que entidades e parlamentares se unissem em prol de um código florestal que favorecessem ao setor agropecuário.

Além disso, João Henrique ressaltou a importância do poder Legislativo a partir do momento em que são os parlamentares os tomadores de decisão final, porém reconhece que é no Congresso que se deve fomentar o debate, em levar as demandas sociais ao conhecimento da população e volta a afirmar que uma das motivações de criação do IPA foi justamente para este ser usado como um canal que traria as demandas populacionais para dentro do parlamento. Portanto, a opção do setor foi em priorizar os problemas da sociedade e leva-los ao Congresso, discutindo, preparando os argumentos por meio dos parlamentares.

No tocante ao lobby, o entrevistado se posicionou de forma favorável à sua prática e a regulamentação, além de ressaltar que nossa democracia somente funcionará com a representação da sociedade e a sua devida organização para que seus interesses sejam ouvidos. O papel do IPA, independente se trata de uma questão do agronegócio de fato ou não, é expor sua opinião e posicionamento em relação a todos os assuntos pertinentes à sociedade participativa, ou seja, o IPA se utiliza como instrumento de informação do

setor para orientação do parlamentar e este tem a obrigação de repassar aos seus representantes no seu estado. Portanto, torna-se o lobby a essência do processo democrático, para que a população se organize.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, segundo João Henrique, se envolve não somente com os temas do agronegócio e um exemplo desse fato foi o envolvimento da frente em relação ao processo de *impeachment* no ano de 2016, uma vez que a gestão do Governo Dilma estava em déficit com o setor do agronegócio. Assim, apesar de afirmar que políticas focalizadas são o grande trabalho da frente, reconhece que os parlamentares envolvidos não tratam somente da questão agrícola, mas de interesses correlatados também, que podem variar desde tecnologia à educação, por exemplo.

Foi questionado também, como algo fora da estrutura do questionário se há relação da FPA e do IPA com os movimentos sociais, para João Henrique, toda a pauta do agronegócio se trata de direito, direito esse envolvido por todos os cidadãos. Além disso, afirmou que o setor está aberto ao diálogo com a oposição, como por exemplo, foi citado a “Marcha das Margaridas” e este foi visto como algo que ainda não foi dialogado pela os membros da FPA, uma vez que os defensores do movimento não trouxeram a pauta ao debate do parlamento.

Por fim, foi questionado o uso das redes sociais, em que o entrevistado afirmou que a FPA se utiliza das redes e mídias sociais como meio de mostrar à sociedade às pautas de interesse, além de prezar pela transparência e garantir que a bancada está aberta ao debate e afirma ainda, que esse trabalho organizado e sistematizado, é o que garante sua transparência também dentro do próprio Congresso Nacional. Ressaltou ainda, que em reuniões tradicionais, são levantadas também pelas entidades a sua visibilidade diante das redes sociais. Vale ressaltar ainda que o parlamentar é livre e toma suas decisões por si só, não há nenhuma relação obrigatória de vínculo com o instituto ou a própria frente.

### **3.1.2 – Diretor-Administrativo, Itazil Fonseca**

A entrevista foi realizada no dia 8 de maio de 2017, na sede do Instituto Pensar Agropecuária.

O Diretor-Administrativo, Itazil Fonseca, também presenciou a criação do Instituto Pensar Agropecuária e participou desse ato. Quando lhe foi perguntado qual a relação entre o IPA e a FPA ele definiu em apenas uma palavra: *compliance*, uma vez que

ainda não está regulamentada a questão do lobby, o compliance tratava-se da associação de uma entidade com a frente parlamentar, assim, a partir do momento que grupos organizados começaram a engajar suas pautas no âmbito legislativo, percebeu-se a necessidade de comunicação com os representantes do poder no Congresso e assim, começaram as reuniões junto com almoço em que havia essa comunicação e, posteriormente, com o crescimento do instituto e a associação de novas entidades, a institucionalização permitiu a fixação de uma sede própria com reuniões regulares tanto do IPA quanto da FPA.

A Frente Parlamentar da Agropecuária por se constituir enquanto bloco e não apresentar regulamentação jurídica, coube a cooperação técnica do IPA a função de institucionalizar e gerir as informações necessárias para a FPA e assim, fomentar sua organização diante do Congresso Nacional. Tal conceito acentua a desmitificação de ser o IPA uma prestadora de serviços da FPA, onde na verdade, há um apoio em defesa do setor agropecuária.

Como descrito no item 2.4 e segundo o entrevistado, o Instituto Pensar Agropecuária também conta com organização em comissões e coordenadores responsáveis pelas áreas temáticas e as proposições a elas correlatadas. Assim, as informações necessárias são repassadas de forma sucinta e elucidativa o suficiente para a compreensão dos parlamentares e assim, sua divulgação e defesa seja feita em Plenário bem como, nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

Apesar de existir esse acordo de cooperação técnica com a Frente Parlamentar da Agropecuária, segundo o Senhor Itazil, ninguém é autorizado a falar pelo IPA que não seja as entidades mantenedoras. Portanto, o IPA é de responsabilidade exclusiva e de manutenção das entidades, além de existir um conselho diretor organizado dentro das próprias entidades, que em assembleias são eleitas pessoas responsáveis para assumir a diretoria, muito semelhante à organização da Frente Parlamentar da Agropecuária, porém com as autoridades das entidades.

#### Discussão dos resultados da Frente Parlamentar da Agropecuária:

A partir das análises das entrevistas, bem como, a análise documental, pode-se perceber que a Frente Parlamentar da Agropecuária possui seu elevado grau de organização justamente por ter já sido criada em moldes com alta sistematização e

estruturação. Além disso, o fato de existir a preocupação do estabelecimento de uma mesa diretora e designar funções específicas aos parlamentares membros, já demonstra alto grau de institucionalização que rege a FPA, ou seja, há de fato atribuição de funções organizativas aos parlamentares que assumem os cargos que lhe foram propostos (POLSBY, 1968).

Ainda sobre o Instituto Pensar Agropecuária, notamos que há a dedicação de pautas específicas com pessoas responsáveis pela área, sendo estes técnicos capazes de promover materiais suficientes para o andamento da defesa das pautas de interesse. Além disso, o IPA serve de apoio para o fomento, desenvolvimento e formulação de políticas públicas que estabelece relação com os atores heterogêneos (CALMON; COSTA, 2013).

### **3.2 – A Frente Parlamentar da Agropecuária**

Em relação à Frente Parlamentar da Agropecuária, foram entrevistados os seguintes deputados: Dep. Valdir Colatto, Dep. Celso Maldaner, Dep. Dilceu Sperafico e a Deputada Tereza Cristina. Vale ressaltar que devido à ampla agenda de compromissos assumidos por tais parlamentares, as entrevistas foram breves, porém sucintas o suficiente para sanar e entender a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional.

#### **3.2.1 – Deputado Valdir Colatto**

O Deputado Valdir Colatto é integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pelo estado de Santa Catarina “é técnico agropecuário e engenheiro agrônomo. Em sua vida pública, atuou em diversas instituições como diretor do Incra/SC, diretor geral e secretário da agricultura de Santa Catarina, secretário de articulação nacional de Santa Catarina, dentre outras funções” (Disponível em: <http://valdircolatto.com.br/curriculo/>). Vale ressaltar que o deputado já foi presidente da FPA na gestão entre 2011 a 2012.

A entrevista foi realizada no dia 15 de maio de 2017 em que o entrevistado pontou, principalmente, a FPA como fomentadora do agronegócio brasileiro.

O Deputado reconhece a existência de várias frentes parlamentares no âmbito do Congresso Nacional, porém ressalta ser a FPA uma das mais organizadas nesse processo legislativo, que atua em defesa de uma causa e um setor específico, que concentrou seus

esforços na produção e na proteção do agricultor, uma vez que é a agricultura brasileira responsável pelo crescimento da economia e representa 40% do PIB brasileiro. Além disso, tem como principal objetivo o desenvolvimento de uma produção alimentar capaz de suprir toda a necessidade brasileira a preço acessíveis. Valdir Colatto afirma que a importância da FPA como aparato social de resolver problemas da produção agrícola, garantindo ao produtor os embargos necessários para a sua produção.

O entrevistado, quando interrogado sobre sua gestão na presidência, afirmou que em meados de 2011 não havia ainda a institucionalização organizada comparada aos dias atuais, porém, os interesses do agronegócio impulsionaram a criação de uma diretoria e de representantes em cada estado como meio de organização das pautas agrícolas. Portanto, cada região do país possui um representante que é responsável por reconhecer os problemas da sua região e leva-los ao pleito da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Valdir Colatto reconhece ainda a importância do Instituto Pensar Agropecuária como instrumento de suporte técnico e judiciário para o auxílio dos parlamentares na busca da aprovação dessas pautas. Ou seja, houve uma troca em que a FPA garantiu o aporte legislativo e o IPA garantiria assim, o suporte técnico. A FPA também desenvolveu o interesse em alinhar o pensamento com o poder executivo, para que as pautas entrassem em consenso, promovendo assim uma agricultura melhor fomentada e cada vez mais competitiva.

Durante as reuniões estabelecidas, os deputados se pautam diante da agenda do Câmara dos Deputados e segundo Colatto, e se responsabilizam de levar tais demandas ao consenso dos demais membros e assim, conquistar o apoio da maioria a fim de votarem e aprovarem as demandas em prol da sociedade rural.

O Deputado corroborou também que a FPA se trata de uma entidade ampla a partir do momento em que os deputados não se prendem somente às pautas do agronegócio, mas também se engajam em pautas ambientais e de proteção social, por exemplo, uma vez que se trata do interesse de todo o país e não somente de uma parcela da população.

Em relação à sociedade civil organizada, o entrevistado afirmou que há a participação direta dos cidadãos por meio das entidades que são responsáveis por levar as demandas aos parlamentares e assim, estes possam debater no Congresso Nacional a melhor forma de atender a essa população, ou seja, há todo um estudo dos setores que se envolvem com os cidadãos, pois são estes que conhecem as demandas e necessidades de uma determinada região.

Valdir Colatto afirma ainda haver a preocupação com as causas sociais a partir do momento que sindicatos são de grande relevância para que assim, seja ouvida a voz do produtor rural e os parlamentares possam atender as demandas do seu setor produtivo. Portanto, a participação da FPA nas causas sociais se torna importante a partir do momento em que levar comida ao brasileiro é uma benesse de todos, sem distinção alguma, ou seja, trata-se de uma função social, uma vez que além de produzir alimentos, a atividade também desenvolve emprego e renda.

### **3.2.2 – Deputado Celso Maldaner**

O Deputado Celso Maldaner é integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e também representante do estado de Santa Catarina, é um dos deputados atuantes e que atua ativamente nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, principalmente nas pautas de agricultura.

Em entrevista realizada no dia 16 de maio de 2017, o deputado pontou a importância da FPA para o desenvolvimento da agricultura e sustentação da economia.

Celso Maldaner é um dos membros mais antigos da frente e reconhece a FPA como sendo a bancada mais organizada do Congresso Nacional e que cabe a esta o estudo e análise das pautas rurais, ambientais e tudo que se trata de setor produtivo no processo legislativo, pois é justamente o agronegócio responsável pela sustentabilidade do país, bem como na economia. Explicou também ser por meio das reuniões almoço, que ocorre as discussões das pautas de interesse na Câmara dos Deputados e que esse mecanismo se tornou o principal meio de organização entre os deputados, pois é uma arena aberta de debate. Além de reconhecer a assessoria do IPA como maior apoiador e fornecedor de material técnico com aparato necessário para compreensão das pautas legislativas.

O entrevistado ainda afirma que a FPA não está vinculada a nenhum partido político e, que, portanto, se trata de uma pauta de interesse do bem comum em favor do agronegócio. E, além disso, há dentro da FPA deputados engajados em setores distintos, porém é a vontade do bem em favor do agronegócio que os une em interesses comuns, tornando a FPA o carro chefe de poder do Congresso Nacional.

Celso Maldaner ainda exemplifica o caso da aprovação do Código Florestal como o principal fator de demonstração de força e união de toda a bancada, e tal força também se mostra na aprovação de proposições nas comissões permanentes da Câmara,

principalmente na comissão de agricultura, em que é demonstrado a força do setor em produzir com sustentabilidade.

O deputado ressaltou a importância da associação da agricultura com todos os setores, pois o alimento precisa passar por segurança alimentar, inspeção, além da preocupação em infraestrutura e logística de como este alimento chegará na mesa do brasileiro. Além disso, o setor também se preocupa principalmente com a questão trabalhista e de como essa pauta afeta a vida do trabalhador no campo.

O entrevistado ressaltou a importância do diálogo com o Poder Executivo, para que as pautas entrem em consenso e citou o caso da aprovação da Medida Provisória nº 759/2016, que tratou da regularização fundiária e urbana como instrumento de acesso à terra para todos aqueles que desejam produzir. Portanto, ressaltou o perfeito diálogo da FPA, principalmente, com o Presidente da República, em que este se mantém sempre disponível às pautas rurais e em ouvir a voz do setor, que se mostrou preocupado com o setor, uma vez que é este responsável por manter o equilíbrio da economia e o principal responsável pela geração de divisas no país.

O Deputado ainda afirmou que o setor agropecuário utiliza somente 8% do território nacional para a produção agrícola, o que se torna uma dificuldade e limitação para o desenvolvimento rural no país. Porém, com o apoio tecnológico e desenvolvimento de novas práticas sustentáveis, está sendo possível cada vez mais a produção de larga escala em espaços menores. E ainda garante que o Brasil tem grande potencial com sustentabilidade para ser maior produtor de alimentos, passando na frente até mesmo dos Estados Unidos.

### **3.2.3 – Deputado Dilceu Sperafico**

O Deputado Dilceu Sperafico é integrante do Partido Progressista (PP) e representante do estado do Paraná. Vale ressaltar sua importância para esse estudo pois este já foi presidente e presenciou a evolução e consolidação da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional.

Em entrevista realizada no dia 16 de maio de 2017, o deputado ressaltou que fez parte da FPA desde o momento da sua fundação em 1994.

Sperafico relatou que em 1994 o país vivia uma grande crise no agronegócio e que o setor não possuía representatividade suficiente no Congresso Nacional, portanto, com

o apoio de entidades interessadas no agronegócio fora criada a institucionalização da Frente Parlamentar da Agropecuária como mecanismo de representação dos produtores rurais. O Deputado foi presidente em 1999 e compara que em relação aos tempos atuais, não havia a mínima estrutura do que se tem hoje, mas a decorrência do tempo permitiu o desenvolvimento do grau de organização dessa frente, bem como, a associação de novos parlamentares como provedores dessa nova política em resolver problemas dos agricultores.

Portanto, tratou-se de um momento de grande desenvolvimento em conjunto com a associação de novas entidades, para que o agronegócio brasileiro pudesse desenvolver sua política econômica de fomentação de políticas públicas em prol do agronegócio.

### **3.2.4 – Deputada Tereza Cristina**

A Deputada Tereza Cristina é integrante do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e representante do estado do Mato Grosso do Sul. A participação da deputada na FPA é fundamental uma vez que se trata de uma mulher que detém poder suficiente para responder pela Frente e tomar decisões enquanto vice-líder. Além disso, sua trajetória política fomentou para que o desenvolvimento da FPA fosse de fato consolidado nessa gestão, uma vez que além disso, ela é ainda líder do partido na Câmara dos Deputados.

Em entrevista realizada no dia 16 de maio de 2017 a Deputada ressaltou que já tinha o envolvimento com as questões agrícolas e que pensava no setor agropecuário pelo âmbito do poder executivo, pois já tinha ocupado a Secretaria de Política Agrícola em seu estado.

A Deputada associa o crescimento da frente parlamentar ao desenvolvimento das demandas cada vez maiores oriundas dos produtores rurais, que decidiram se organizar para pleitear suas demandas perante os grandes tomadores de decisões, os parlamentares. Ou seja, a FPA teve a capacidade de se organizar sob o segmento de um setor muito forte no Brasil, assim, organizou-se a frente que dialoga com o Congresso em favor de seus interesses e já se tornou muito maior que a maioria dos partidos.

Apesar da pouca experiência com o legislativo, a Deputada, que está em seu primeiro mandato, devido sua experiência já foi convidada para se juntar à organização e sistematização da FPA, contribuindo para a sua voz no Congresso Nacional, uma vez que também é líder do partido e conseguiu assim, levar as pautas dos interesses para os demais

líderes. Além disso, a deputada ressaltou a importância da ação dos grupos sociais organizados que levaram para os parlamentares seus problemas e assim foi possível a percepção de que essas demandas existem.

#### Discussão dos resultados da Frente Parlamentar da Agropecuária:

Sobre a tipologia de Araújo e Silva (2016), a Frente Parlamentar Agropecuária pode ser classificada enquanto uma frente de lobby, ampla e endógena. Apesar do caráter endógeno, salientamos que a organização tem origem na Assembleia Nacional Constituinte e desde então esta pauta é defendida por organizações parlamentares formais (frentes parlamentares) e informais (bancadas temáticas).

Dessa forma, analisados os aspectos institucionais relacionados à organização interna, expertise dos representantes e rede de políticas públicas, observamos que a atuação prática da Frente Parlamentar Agropecuária corresponde às resoluções do estatuto da organização. Assim, classificamos a Frente Parlamentar Agropecuária como uma instituição especializada.

## CONCLUSÃO

Nota-se que o lobby é pertinente à democracia participativa e faz parte enquanto um mecanismo de representação de determinados grupos de interesse, ou seja, sua importância se deve para que as pautas de interesses sejam levadas ao Congresso Nacional, porém, a falta de regulamentação se deixa permitir a falsa ideia de que a luta por interesses específicos se confunde com a privatização de espaços públicos, ou seja, é deturpado a ideia de que os interesses privados possam invadir os interesses públicos. Contudo, nota-se a importância do lobby como instrumento de organização da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O lobby praticado pela Frente Parlamentar da Agropecuária garante que o setor seja ouvido e que leve suas demandas para aprovação no âmbito do processo legislativo, em que as entidades fazem pressão nos parlamentares e assim, conquistar os objetivos do agronegócio. Isto é, conforme citado pelos diretores do Instituto Pensar Agropecuária, trata-se de um mecanismo de apoio e cooperação técnica, que garante à FPA o apoio técnico necessário para o andamento das proposições.

Além disso, nota-se que com o desenvolvimento da agricultura atraiu outros parlamentares que se sentiram motivados a lutar por essa pauta. E assim, a estrutura em organizações e comissões temáticas tanto da Frente Parlamentar da Agropecuária quanto do Instituto Pensar Agropecuária contribuíram para o desenvolvimento e consolidação da bancada enquanto força decisória no Congresso Nacional.

Portanto, cabe salientar que a classificação sugerida por Araújo e Silva (2016) em relação à Frente Parlamentar da Agropecuária em uma frente de lobby, ampla e endógena se torna correta, devido justamente ir de encontro com o raciocínio dos parlamentares entrevistados.

Porém, se reconhece ainda que a FPA apresenta dificuldades em apresentar uma forma de defender suas pautas, uma vez que não é fácil a defesa de pautas como a proposição que versa sobre os defensivos agrícolas, ou seja, a regulamentação do uso de agrotóxicos na agricultura, que apresenta muito mais argumentos contra o seu uso.

Contudo, a FPA ainda carrega preconceitos arraigados na sua instituição como sendo intitulada como machista, conservadora e própria das elites agrárias. Apesar de não ser um número significativo, percebe-se a presença de mulheres que compõem a mesa diretora da Frente Parlamentar da Agropecuária, bem como, se torna atualmente uma

frente mais aberta às demandas sociais, com a preocupação com a agricultura familiar e com as demandas das minorias.

Entende-se então, que apesar de necessitar ainda de fortalecimento social e engajamento aos movimentos sociais, para que seja uma frente voltada também para de fato, as minorias. Seria preciso que a frente se utiliza da sua força e persuasão como instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas que visam a instrução das pessoas que realmente necessitam de assistência.

Analisar o caso da Frente Parlamentar da Agropecuária foi interessantíssimo para a compreensão do lobby e de como ele se articula com as organizações sociais e demais grupos de interesse. Porém, devido a agenda cheia de compromissos, não foi possível analisar a fundo a pesquisa diretamente com os parlamentares, porém, o que foi estudado se tornou fundamental para uma nova análise e perspectiva da frente.

Portanto, tratando-se da Frente Parlamentar da Agropecuária, pode-se, segundo afirma Simionatto (2009), que se trata de uma bancada composta de equilíbrios instáveis, uma vez que a dinamicidade do Estado e do Congresso Nacional permite-a a coalizão de distintos interesses dentro do cenário político, dessa forma, o predomínio da influência política é “ao mesmo tempo direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social” (ACANDA, 2006, p.178 apud SIMIONATTO e COSTA, 2012, p. 218).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. **Os ciclos do Presidencialismo de Coalizão**. Ecopolítica, v. 11. Disponível em: <<http://www.ecopolitica.com.br/2014/03/11/os-ciclos-dopresidencialismo-de-coalizao>>. Acesso em: 26 jan. 2017

ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira. **Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa**. 10º Encontro Ciência Política e a Política: memória e futuro. Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/305979505\\_FRENTES\\_E\\_BANCADAS\\_PARLAMENTARES\\_UMA\\_PROPOSTA\\_TEORICO\\_-\\_METODOLOGICA\\_E\\_DE\\_AGENDA\\_DE\\_PESQUISA](https://www.researchgate.net/publication/305979505_FRENTES_E_BANCADAS_PARLAMENTARES_UMA_PROPOSTA_TEORICO_-_METODOLOGICA_E_DE_AGENDA_DE_PESQUISA)

ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira. **Titulares da agenda e carreiras políticas**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10. Brasília, janeiro-abril de 2013, pp. 285-311. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n10/09.pdf>

ARAÚJO, Suely M. V. G.; TESTA, Graziella G.; SILVA, Rafael S. **Fugindo do líder e caindo na rede: caminhos alternativos das demandas sociais no congresso nacional**. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2014, Lima. Lima: Associação Latinoamericana de Ciência Política, 2014.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação**. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300001&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000300001>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto das frentes parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/frentesparlamentares>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CÂMARA, DOS DEPUTADOS. **Ato da Mesa nº 69 de 10/11/2005a**. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 8, 2005.

CORADINI, Odaci Luiz. **Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos**. Rev. Sociol. Polit., v. 18, n. 36, p. 241-256, 2010.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THERY, Neil Aparecida de. **A Reserva Legal no Contexto da Política Nacional de Florestas**. V Encontro Nacional da Anppas, 2010, Florianópolis, SC – Brasil.

DAHL, Robert A. **Democratização e oposição pública**. In: DAHL, Robert. A. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997, p. 25-37.

ELLIOT, Kimberly. **A corrupção e a Economia Global**. Editora UnB, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º edição, São Paulo: Atlas, 2002.

GORDA, Margarida de Jesus Teixeira. **A representação política da bancada ruralista na Câmara dos Deputados**. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – CEFOR, Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.

GRAZIANO, Luigi. **O Lobby e o Interesse Público**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300009).

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **The three versions of neo-institutionalism**. Lua Nova, n. 58, p. 193-223, 2003.

LEONI, Eduardo. **Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998)**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 361 a 386.

MANIN, Bernard. **O princípio da distinção**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, p. 187-226, 2010.

MICHELS, Robert. **As tendências oligárquicas da organização**. In: MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 219-243.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Lobby"**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/politica/lobby.htm>>. Acesso em 08 de dezembro de 2016.

RHODES, Rod AW; BINDER, Sarah A.; ROCKMAN, Bert A. **The Oxford handbook of political institutions**. Oxford University Press, 2008.

SANTOS, Luiz Alberto do. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas – Análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, Manoel Leonardo. **Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria**. Revista Iberoamericana de

Estudos Legislativos, v. 1, p. 52-70, 2014a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riel/article/view/18029/16779>.

SANTOS, Manoel Leonardo. **Representação de Interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)**. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1975, p. 7-39, 2014b. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1975.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1975.pdf).

SCHMIT, Vera Viviane. **Coerência programática e disciplina parlamentar: partidos políticos frente à proposta das organizações sociais**. Revista Sociol. Polt. Curitiba, v. 19, n. 40, p. 211-231, jun 2011.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Rafael Silveira; ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Apropriação da agenda do Legislativo: como aferir esse fenômeno?** Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Brasília, 2007.

SILVA, Gustavo Tadeu Reis. **Impactos das frentes parlamentares na dinâmica do Congresso Nacional durante a presidência do Partidos dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura), 2014**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVEIRA, Marcos César Borges da; GANDRA, Edgar Ávila. **Os outros da Nação: índios e camponeses no discurso ruralista**. Métis: história & cultura – v.8, n.15, p. 121-136 jan/jun 2009.

SIMIONATTO, Ivete; RODRIGUES COSTA, Carolina. **COMO OS DOMINANTES DOMINAM: O CASO DA BANCADA RURALISTA**. Temporalis, [S.l.], v. 12, n. 24, p. 215-237, nov. 2012. ISSN 2238-1856. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3094>

VITULLO, Gabriel. **Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 2, p. 271-301, 2009.

WOLINETZ, Steven B. **Party systems and party system types**. KATZ, Richard S.; CROTTY, William J. (Eds.). Handbook of party politics. California, Thousand Oaks: SAGE Publications, 2006, p. 51-62.

ZANATTA, Jacir Alfonso; COSTA, Márcio Luis. **Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais**. Universidade Católica de Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, v.12, n.2 (2012).

## **ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADO**

### **Roteiro de entrevistas**

A pesquisa semiestruturada permite que a entrevista se torne mais espontânea, porém sem perder os objetivos pré-estabelecidos com as perguntas norteadoras, que se tornam diretrizes mas, não, necessariamente, determinam como ocorrerá a entrevista visto que não há obrigação de seguir uma ordem ou se pautar fielmente a uma entrevista elaborada, como no caso de uma pesquisa quantitativa.

Tendo em vista o grau de importância da Frente Parlamentar da Agropecuária dentro do Congresso Nacional, cabe o estudo específico de seus atores para uma compreensão mais detalhada do que é a Frente em um meio acadêmico, onde não há um estudo característico. Portanto, é necessário a perspectiva daqueles que trabalham em prol da agropecuária nessa organizada sociedade civil, para que a análise permita a reflexão e a classificação do que é a Frente tanto na academia quanto para a própria dissecação política.

#### **• Roteiro de entrevista para os Deputados**

→ Sr. Deputado, como poderia ser explicado o fato do crescimento da frente parlamentar? Como ocorre o processo de organização para a representação da frente no Congresso Nacional?

→ Como ocorre a articulação e a organização entre seus próprios pares para que os interesses do setor sejam aprovados?

→ Em que medida os trabalhos da frente influenciam a tomada de decisão do Congresso? A frente também influencia em outros temas que vão além do interesse do agronegócio?

→ Como o Sr. explica a atuação da bancada dentro do processo de apoio com o Poder Executivo?

→ O Sr. acredita que a organização parlamentar em frentes especializadas é um incentivo para a especialização temática das carreiras no Congresso Nacional?

→ Caso tenha ocorrido, de que forma se processou a participação da sociedade civil organizada e da iniciativa privada junto à frente parlamentar na elaboração da pauta de prioridades da FPA?

#### **• Roteiro de entrevista para o IPA**

→ Como se desenvolveu o processo de criação do Instituto Pensar Agropecuária? O que é o IPA?

→ Pode-se afirmar que o instituto trata-se de uma consultoria específica da FPA? E como ocorre o relacionamento com as entidades?

→ Como ocorre o relacionamento dos parlamentares com o Instituto? Qual o vínculo?

→ Como é decidida a pauta e agenda de prioridades para que o trabalho ocorra no Congresso?

→ O IPA se enxerga como um grupo de interesse?

→ Como o IPA vê a FPA na atuação do seu trabalho no Congresso em termos de grupo de pressão?

Qual a opinião da IPA em relação às atividades de lobby?

**ANEXO II – LISTA DE MEMBROS DA FPA**

| <b>Deputado Signatário</b> | <b>Partido</b> | <b>UF</b> |
|----------------------------|----------------|-----------|
| ABEL MESQUITA JR.          | DEM            | RR        |
| ADILTON SACHETTI           | PSB            | MT        |
| AELTON FREITAS             | PR             | MG        |
| AFONSO HAMM                | PP             | RS        |
| AFONSO MOTTA               | PDT            | RS        |
| ALAN RICK                  | PRB            | AC        |
| ALBERTO FRAGA              | DEM            | DF        |
| ALCEU MOREIRA              | PMDB           | RS        |
| ALEX CANZIANI              | PTB            | PR        |
| ALEXANDRE BALDY            | PODE           | GO        |
| ALEXANDRE LEITE            | DEM            | SP        |
| ALFREDO KAEFER             | PSL            | PR        |
| ANDRÉ ABDON                | PP             | AP        |
| ANDRÉ AMARAL               | PMDB           | PB        |
| ANDRÉ FUFUCA               | PP             | MA        |
| ANÍBAL GOMES               | PMDB           | CE        |
| ANTONIO BALHMANN*          | PDT            | CE        |

| Deputado Signatário  | Partido | UF |
|----------------------|---------|----|
| ANTONIO IMBASSAHY*   | PSDB    | BA |
| ANTÔNIO JÁCOME       | PODE    | RN |
| ARNALDO JORDY        | PPS     | PA |
| ARTHUR LIRA          | PP      | AL |
| ARTHUR OLIVEIRA MAIA | PPS     | BA |
| ASSIS DO COUTO       | PDT     | PR |
| ÁTILA LIRA           | PSB     | PI |
| AUGUSTO CARVALHO     | SD      | DF |
| AUREO                | SD      | RJ |
| BALEIA ROSSI         | PMDB    | SP |
| BENITO GAMA          | PTB     | BA |
| BENJAMIN MARANHÃO    | SD      | PB |
| BETO MANSUR          | PRB     | SP |
| BETO ROSADO          | PP      | RN |
| BILAC PINTO          | PR      | MG |
| BONIFÁCIO DE ANDRADA | PSDB    | MG |
| BRUNA FURLAN         | PSDB    | SP |
| CAIO NARCIO          | PSDB    | MG |

| Deputado Signatário    | Partido | UF |
|------------------------|---------|----|
| CARLOS BEZERRA         | PMDB    | MT |
| CARLOS HENRIQUE GAGUIM | PODE    | TO |
| CARLOS MANATO          | SD      | ES |
| CARLOS MARUN           | PMDB    | MS |
| CARLOS MELLES          | DEM     | MG |
| CÉLIO SILVEIRA         | PSDB    | GO |
| CELSO JACOB            | PMDB    | RJ |
| CELSO MALDANER         | PMDB    | SC |
| CELSO PANSERA          | PMDB    | RJ |
| CÉSAR HALUM            | PRB     | TO |
| CÉSAR MESSIAS          | PSB     | AC |
| CLAUDIO CAJADO         | DEM     | BA |
| CLAUDIO CAJADO         | DEM     | BA |
| CLEBER VERDE           | PRB     | MA |
| COVATTI FILHO          | PP      | RS |
| CRISTIANE BRASIL       | PTB     | RJ |
| DAGOBERTO NOGUEIRA     | PDT     | MS |
| DANIEL VILELA          | PMDB    | GO |

| Deputado Signatário | Partido | UF |
|---------------------|---------|----|
| DANILO FORTE        | PSB     | CE |
| DARCÍSIO PERONDI    | PMDB    | RS |
| DELEGADO ÉDER MAURO | PSD     | PA |
| DIEGO ANDRADE       | PSD     | MG |
| DIEGO GARCIA        | PHS     | PR |
| DILCEU SPERAFICO    | PP      | PR |
| DOMINGOS NETO       | PSD     | CE |
| DOMINGOS SÁVIO      | PSDB    | MG |
| DR. JORGE SILVA     | PHS     | ES |
| EDINHO BEZ*         | PMDB    | SC |
| EDIO LOPES          | PR      | RR |
| EDMAR ARRUDA        | PSD     | PR |
| EDUARDO CUNHA*      | PMDB    | RJ |
| EFRAIM FILHO        | DEM     | PB |
| ELCIONE BARBALHO    | PMDB    | PA |
| ELI CORRÊA FILHO    | DEM     | SP |
| ELIZEU DIONIZIO     | PSDB    | MS |
| ESPERIDIÃO AMIN     | PP      | SC |

| Deputado Signatário   | Partido | UF |
|-----------------------|---------|----|
| EVAIR VIEIRA DE MELO  | PV      | ES |
| EVANDRO GUSSI         | PV      | SP |
| EVANDRO ROMAN         | PSD     | PR |
| EZEQUIEL FONSECA      | PP      | MT |
| EZEQUIEL TEIXEIRA     | PODE    | RJ |
| FABIO GARCIA          | PSB     | MT |
| FÁBIO RAMALHO         | PMDB    | MG |
| FAUSTO PINATO         | PP      | SP |
| FELIPE BORNIER        | PROS    | RJ |
| FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR | PDT     | BA |
| FERNANDO JORDÃO*      | PMDB    | RJ |
| FERNANDO JORDÃO*      | PMDB    | RJ |
| FLÁVIA MORAIS         | PDT     | GO |
| FRANCISCO CHAPADINHA  | PODE    | PA |
| FRANCISCO FLORIANO    | DEM     | RJ |
| GABRIEL GUIMARÃES     | PT      | MG |
| GENECIAS NORONHA      | SD      | CE |
| GERALDO RESENDE       | PSDB    | MS |

| Deputado Signatário | Partido | UF |
|---------------------|---------|----|
| GIACOBO             | PR      | PR |
| GILBERTO NASCIMENTO | PSC     | SP |
| GIOVANI CHERINI     | PR      | RS |
| GIVALDO CARIMBÃO    | PHS     | AL |
| GONZAGA PATRIOTA    | PSB     | PE |
| GUILHERME COELHO    | PSDB    | PE |
| GUILHERME MUSSI     | PP      | SP |
| HEITOR SCHUCH       | PSB     | RS |
| HÉLIO LEITE         | DEM     | PA |
| HERCULANO PASSOS    | PSD     | SP |
| HERMES PARCIANELLO  | PMDB    | PR |
| HEULER CRUVINEL     | PSD     | GO |
| HILDO ROCHA         | PMDB    | MA |
| HUGO MOTTA          | PMDB    | PB |
| IRAJÁ ABREU         | PSD     | TO |
| IZALCI LUCAS        | PSDB    | DF |
| JAIME MARTINS       | PSD     | MG |
| JERÔNIMO GOERGEN    | PP      | RS |

| Deputado Signatário    | Partido | UF |
|------------------------|---------|----|
| JÉSSICA SALES          | PMDB    | AC |
| JOÃO CAMPOS            | PRB     | GO |
| JOÃO CARLOS BACELAR    | PR      | BA |
| JOÃO FERNANDO COUTINHO | PSB     | PE |
| JOÃO PAULO KLEINÜBING  | PSD     | SC |
| JOÃO RODRIGUES         | PSD     | SC |
| JONY MARCOS            | PRB     | SE |
| JORGINHO MELLO         | PR      | SC |
| JOSÉ CARLOS ALELUIA    | DEM     | BA |
| JOSÉ CARLOS ARAÚJO     | PR      | BA |
| JOSÉ PRIANTE           | PMDB    | PA |
| JOSÉ ROCHA             | PR      | BA |
| JOSI NUNES             | PMDB    | TO |
| JOSUÉ BENGTON          | PTB     | PA |
| JOVAIR ARANTES         | PTB     | GO |
| JOZI ARAÚJO            | PODE    | AP |
| JÚLIO CESAR            | PSD     | PI |
| JÚLIO DELGADO          | PSB     | MG |

| Deputado Signatário | Partido | UF |
|---------------------|---------|----|
| JUSCELINO FILHO     | DEM     | MA |
| KAIO MANIÇOBA       | PMDB    | PE |
| LAERCIO OLIVEIRA    | SD      | SE |
| LÁZARO BOTELHO      | PP      | TO |
| LEONARDO MONTEIRO   | PT      | MG |
| LEONARDO PICCIANI*  | PMDB    | RJ |
| LEONARDO QUINTÃO    | PMDB    | MG |
| LEOPOLDO MEYER      | PSB     | PR |
| LINCOLN PORTELA     | PRB     | MG |
| LUCAS VERGILIO      | SD      | GO |
| LUCIANO DUCCI       | PSB     | PR |
| LUCIO MOSQUINI      | PMDB    | RO |
| LÚCIO VALE          | PR      | PA |
| LUCIO VIEIRA LIMA   | PMDB    | BA |
| LUIS CARLOS HEINZE  | PP      | RS |
| LUIZ CARLOS HAULY   | PSDB    | PR |
| LUIZ CLÁUDIO        | PR      | RO |
| LUIZ NISHIMORI      | PR      | PR |

| Deputado Signatário    | Partido | UF |
|------------------------|---------|----|
| MAGDA MOFATTO          | PR      | GO |
| MANDETTA               | DEM     | MS |
| MANOEL JUNIOR*         | PMDB    | PB |
| MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO | PR      | MG |
| MARCELO ARO            | PHS     | MG |
| MARCELO CASTRO         | PMDB    | PI |
| MARCO TEBALDI          | PSDB    | SC |
| MARCOS MONTES          | PSD     | MG |
| MARCUS PESTANA         | PSDB    | MG |
| MARCUS VICENTE         | PP      | ES |
| MARINHA RAUPP          | PMDB    | RO |
| MARINHA RAUPP          | PMDB    | RO |
| MÁRIO HERINGER*        | PDT     | MG |
| MARX BELTRÃO*          | PMDB    | AL |
| MAURO LOPES            | PMDB    | MG |
| MAURO PEREIRA          | PMDB    | RS |
| MILTON MONTI           | PR      | SP |
| MISAEEL VARELLA        | DEM     | MG |

| Deputado Signatário      | Partido | UF |
|--------------------------|---------|----|
| NELSON MARCHEZAN JUNIOR* | PSDB    | RS |
| NELSON MARQUEZELLI       | PTB     | SP |
| NELSON MEURER            | PP      | PR |
| NELSON PADOVANI          | PSDB    | PR |
| NEWTON CARDOSO JR        | PMDB    | MG |
| NILSON LEITÃO            | PSDB    | MT |
| NILTON CAPIXABA          | PTB     | RO |
| NIVALDO ALBUQUERQUE      | PRP     | AL |
| ODELMO LEÃO*             | PP      | MG |
| ONYX LORENZONI           | DEM     | RS |
| OSMAR SERRAGLIO          | PMDB    | PR |
| OSMAR TERRA*             | PMDB    | RS |
| PAES LANDIM              | PTB     | PI |
| PAULO ABI-ACKEL          | PSDB    | MG |
| PAULO FEIJÓ              | PR      | RJ |
| PAULO FOLETTO            | PSB     | ES |
| PAULO MAGALHÃES          | PSD     | BA |
| PAULO PEREIRA DA SILVA   | SD      | SP |

| Deputado Signatário      | Partido | UF |
|--------------------------|---------|----|
| PEDRO CHAVES             | PMDB    | GO |
| PEDRO UCZAI              | PT      | SC |
| PROFESSOR VICTÓRIO GALLI | PSC     | MT |
| RAIMUNDO GOMES DE MATOS  | PSDB    | CE |
| RAQUEL MUNIZ             | PSD     | MG |
| REINHOLD STEPHANES       | PSD     | PR |
| RENATO ANDRADE           | PP      | MG |
| RENATO MOLLING           | PP      | RS |
| RENZO BRAZ               | PP      | MG |
| RICARDO BARROS*          | PP      | PR |
| ROBERTO BALESTRA         | PP      | GO |
| ROBERTO GÓES             | PDT     | AP |
| ROBERTO SALES            | PRB     | RJ |
| ROCHA                    | PSDB    | AC |
| ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA | PMDB    | SC |
| RÔMULO GOUVEIA           | PSD     | PB |
| RONALDO BENEDET          | PMDB    | SC |
| RÔNEY NEMER              | PP      | DF |

| Deputado Signatário | Partido | UF |
|---------------------|---------|----|
| SÁGUAS MORAES       | PT      | MT |
| SANDRO ALEX         | PSD     | PR |
| SARAIVA FELIPE      | PMDB    | MG |
| SARAIVA FELIPE      | PMDB    | MG |
| SÉRGIO BRITO        | PSD     | BA |
| SERGIO SOUZA        | PMDB    | PR |
| SERGIO VIDIGAL      | PDT     | ES |
| SERGIO ZVEITER      | PMDB    | RJ |
| SHÉRIDAN            | PSDB    | RR |
| SIBÁ MACHADO*       | PT      | AC |
| SILAS BRASILEIRO*   | PMDB    | MG |
| SILAS CÂMARA        | PRB     | AM |
| SIMONE MORGADO      | PMDB    | PA |
| SORAYA SANTOS       | PMDB    | RJ |
| SÓSTENES CAVALCANTE | DEM     | RJ |
| TAKAYAMA            | PSC     | PR |
| TEREZA CRISTINA     | PSB     | MS |
| TONINHO PINHEIRO    | PP      | MG |

| Deputado Signatário | Partido | UF |
|---------------------|---------|----|
| ULDURICO JUNIOR     | PV      | BA |
| VALDIR COLATTO      | PMDB    | SC |
| VALTENIR PEREIRA    | PSB     | MT |
| VICENTE CANDIDO     | PT      | SP |
| VICENTINHO JÚNIOR   | PR      | TO |
| VITOR VALIM         | PMDB    | CE |
| WALTER ALVES        | PMDB    | RN |
| WASHINGTON REIS*    | PMDB    | RJ |
| WELITON PRADO       | PMB     | MG |
| WELLINGTON ROBERTO  | PR      | PB |
| WEVERTON ROCHA      | PDT     | MA |
| WLADIMIR COSTA      | SD      | PA |
| YEDA CRUSIUS        | PSDB    | RS |
| ZÉ SILVA            | SD      | MG |
| ZENAIDE MAIA        | PR      | RN |
| <b>Total: 230</b>   |         |    |

\*Deputado Signatário (fora do exercício)

## Senadores

Acir Gurgacz

Álvaro Dias

Ana Amélia

Antonio Anastasia

Benedito de Lira

Blairo Maggi

Ciro Nogueira

Dario Berger

Eduardo Amorim

Garibaldi Alves Filho

Gladson Cameli

Hélio José

José Maranhão

José Medeiros

Magno Malta

Paulo Bauer

Pedro Chaves

Romero Jucá

Ronaldo Caiado

## Senadores

Rose de Freitas

Sérgio Petecão

Valdir Raupp

Waldemir Moka

Wellington Fagundes

**Total: 24**

### **ANEXO III – ENTIDADES MANTENEDORAS DO IPA**

ABAG Associação Brasileira de Agribusiness  
ABBA Associação Brasileira da Batata  
ABCS Associação Brasileira dos Criadores de Suínos  
ABCZ Associação Brasileira dos Criadores de Zebu  
ABIEC Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne  
ABIFUMO Associação Brasileira da Indústria do Fumo  
ABIOVE Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais  
ABPA Associação Brasileira de Proteína Animal  
ABRAMILHO Associação Brasileira dos Produtores de Milho  
ABRAPA Associação Brasileira dos Produtores de Algodão  
ABRASS Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja  
ABTRA Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados  
ACRIMAT Associação dos Criadores de Mato Grosso  
ACRISMAT Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso  
AENDA Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos  
AGROBIO Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria  
AIBA Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia  
ALCOPAR Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná  
AMA BRASIL Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil  
AMPA Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão  
ANDEF Associação Nacional de Defesa Vegetal  
APROSMAT Associação dos Produtores de Sementes de Algodão  
APROSOJA Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul - MS /  
FAMASUL APROSOJA BR Associação dos Produtores de Soja e Milho do Brasil  
APROSOJA MT Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso  
CNC Conselho Nacional do Café  
FAEP Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
FAESP Federação da Agricultura do Estado de São Paulo  
FAMATO Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso Fórum Nacional de  
Sucroenagético  
GIROLANDO Associação Brasileira dos Criadores de Girolando

IBÁ Indústria Brasileira de Árvores

OCB Organização das Cooperativas Brasileiras

ORPLANA Organização de Plantadores de Cana da Região Centro Sul do Brasil

SINDAN Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Saúde Animal

SINDIRAÇÕES Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal

SINDIVEG Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

SRB Sociedade Rural Brasileira

ÚNICA União da Indústria de Cana-de-Açúcar

UNIPASTO Associação para Fomento a Pesquisa de Melhoramento de Forrageiras

VIVA LÁCTEOS Associação Brasileira de Laticínios